

# ACM Neto descarta apoio a Ciro Gomes

Segundo jornal, o Democratas, o PP e o PR cogitariam um acordo com o ex-ministro

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPORTER

Presidente nacional do Democratas, o prefeito de Salvador, ACM Neto, descartou, por ora, a hipótese de o seu partido apoiar o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) para presidente da República na eleição deste ano. "O candidato do DEM é Rodrigo Maia. Qualquer outra cogitação, nesse momento, não passa de especulação infundada", afirmou, em entrevista à **Tribuna**. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, para evitar uma derrota e o esfacelamento completo do grupo político que hoje se autodenomina de centro, o Democratas, o PP e o PR cogitariam um acordo com o ex-ministro. A possibilidade, de acordo com a publicação, estaria sendo costurada pelo próprio presidente da Câmara dos Deputados e presidenciável do DEM, Rodrigo Maia, com os aliados. Presidente do DEM na Bahia, o deputado federal José Carlos Aleluia também não gostou nada da especulação, e disse desconhecer. "Nunca participei deste tipo de conversa. Tenho dificuldades de apoiar alguém... Tenho que saber quais valores ele defende. Se não apoiar meus valores, eu não posso apoiar. O candidato do meu partido é o Rodrigo Maia", afirmou.

Já o presidente do PDT na Bahia, o deputado federal Félix Mendonça Júnior, recebeu com surpresa a especulação. "É novidade para mim. Todo apoio é sempre bem-vindo, mas para

mim isso é novidade. Vamos aguardar as cenas dos próximos capítulos", ressaltou o pedetista baiano. O grupo ligado a Maia diz estar ciente de que Ciro tentará, primeiro, fechar acordo com PT e outros partidos da centro-esquerda, já que o ex-ministro é um dos principais herdeiros de voto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), caso o petista fique fora da disputa de outubro. A aposta, porém, é que, se o PT não abrir mão da cabeça de chapa, haverá uma avenida para que parte desse centro migre para a candidatura do pedetista — e ganhe algo com isso.

Parte dos petistas defende que a sigla apoie Ciro Gomes e indique o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), como postulante a vice-presidente da República. A hipótese foi aventada recentemente pelo ex-governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), que sofreu várias críticas dos correligionários após a declaração. O líder do PT na Câmara dos Deputados, Paulo Pimenta, afirmou que a fala do ex-chefe do Palácio de Ondina "não expressa posição oficial do partido". A ex-presidente Dilma Rousseff (PT) preferiu minimizar a posição de Wagner, e ressaltou que o candidato do PT é Lula. "Em tempos normais, acho que ele quis dizer que o PT pode apoiar outro partido e eu acho até que deve [no futuro]. Mas neste momento, nesta conjuntura, esta não é a nossa posição", ressaltou Dilma, no evento Brazil Forum UK.

**O PREFEITO** de Salvador, ACM Neto, descartou, por ora, a hipótese de o seu partido apoiar o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) para presidente da República



## Deputado diz que ex-ministro "não agrada"

O deputado federal Cacá Leão (PP) disse, ontem, que o nome do pré-candidato a presidente da República, Ciro Gomes (PDT), "não agrada". "A questão de apoiar ou não depende sobre o que pensa para o futuro do Brasil. Mas não é um candidato que me agrada. Para ser presidente da República, tem que ter algumas qualidades, como temperamento dócil, ser

mais calmo. Ele é muito esquentado", afirmou Cacá.

O deputado disse que tem "carinho" pelo PDT baiano, e ressaltou que o seu candidato ao Palácio do Planalto é o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM). Segundo a Folha, siglas médias, como PP e PR, comportam-se de forma pouco ideológica. Sem candidatos próprios à

Presidência, querem eleger a maior bancada de deputados possível e ter acesso a fatias mais gordas do fundo partidário. O PR, inclusive, filiou o empresário Josué Alencar, visto como opção para ser vice de Ciro Gomes. O presidente do PP, Ciro Nogueira (PL), por sua vez, sabe que a aliança com a esquerda beneficiaria sua reeleição a senador no nordeste. (RDS)

## Câmara de Salvador é aprovada como membro da UCCLA

DA REDAÇÃO

A Câmara Municipal de Salvador é a primeira casa legislativa do Brasil a ser efetivada como membro da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA). Por unanimidade, a adesão foi aprovada no Comitê Executivo e na 34ª Assembleia Geral da entidade, realizada em Cascais, em Portugal, na última sexta-feira (4). "Essa aprovação marca a entrada da Câmara de Salvador no circuito internacional, conquista que nos deixa extremamente honrados", comemora o presidente do Legislativo Municipal, vereador Leo Prates (DEM). Para ele, o ingresso da Casa na UCCLA reforça a importância que Salvador já tem no cenário global e foi destacada no encontro em Cascais. A assembleia da UCCLA foi precedida de uma visita de Leo Prates a

Lisboa, em março, quando o presidente esteve com secretário-geral da entidade, Vitor Ramalho. Nesse contato, além de iniciar as tratativas para o ingresso da Câmara na instituição internacional, foi firmado acordo para o fornecimento de conteúdos para a TV Câmara Salvador.

Com assento no Comitê Executivo e na Assembleia Geral da UCCLA, Salvador esteve representada nas reuniões pela diretora das Prefeituras-Bairro, Ana Paula Matos. "Foram eventos de extrema importância nos quais a participação da Câmara foi defendida à unanimidade em função da importância da cidade e, sobretudo, devido às relações já iniciadas com a visita de Leo Prates à Câmara de Lisboa", destacou. A representação da Câmara na UCCLA, como diz Ana Matos, "fortalece a questão da lusofonia (conjunto de



**LEO PRATES**, presidente da Casa, comemorou a conquista

países que têm o português como língua oficial) e, acima de tudo, possibilita a troca de experiências administrativas e legislativas, favorecendo o crescimento econômico dos povos. E, nesse contexto, o nome de Salvador é elevado no mundo".

## UPB convoca prefeitos para marcha a Brasília

DA REDAÇÃO

Os prefeitos baianos desembarcarão na capital federal no próximo dia 21 de maio para a marcha anual dos gestores a Brasília. Já são mais de 260 representantes baianos inscritos no evento organizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), que tem na programação a visita à presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia. A intenção dos municipalistas, segundo o presidente da UPB, Eures Ribeiro (PSD), é sensibilizar o Supremo da necessidade de julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4917 sobre a lei que redistribui os royalties do petróleo entre os municípios brasileiros.

A lei aprovada em 2012 está suspensa por liminar concedida pela própria ministra Cármen Lúcia, em favor do estado do Rio de Ja-

neiro. "São R\$ 43,7 bilhões que deixaram de ser partilhados entre estados e municípios enquanto a matéria não é julgada pelo supremo. A lei foi uma conquista municipalista, ela foi vetada pela presidente Dilma, conseguimos derrubar o veto com muita mobilização e aguardamos o desfecho. Não é justo privar os municípios da partilha de um bem que é de todos os brasileiros", defende Eures Ribeiro que também é prefeito de Bom Jesus da Lapa, no Oeste Baiano. Na visita ao Supremo, os prefeitos pretendem também entregar à Corte um abaixo-assinado com milhares de assinaturas, de representantes locais e da população. Segundo cálculos da CNM, em função da liminar concedida pelo STF um município de 10 mil habitantes, a exemplo de Itapitanga, no Sul baiano, deixou de receber R\$ 2,2 milhões de abril de 2013 a dez de 2017.

## PONTO DE VISTA

### Contribuições valiosas de Lula e Dilma

Quem conhece minhas convicções políticas, expressas com clareza e de público em artigos aqui na Tribuna, vai estranhar o título acima. Como fujo de fanatismos e posições radicais, até entendo que é possível apontar iniciativas e realizações dos governos petistas favoráveis ao povo, em especial às classes mais humildes. A ampliação do programa bolsa família (criado por FHC com outro nome) pode ser creditado entre as medidas que atenuaram, em parte, o grave problema social da péssima distribuição da riqueza no país, ao socorrer milhares de pobres e miseráveis situados à margem do mercado de trabalho. A inflação ficou contida em níveis civilizados. Na educação, são louváveis a criação de universidades e do amparo a estudantes carentes de meios

financeiros mediante os programas conhecidos como PROUNI e FIES. O "Minha casa, minha vida" tenta minorar a crônica deficiência de moradias dignas. É preciso deixar bem claro, no entanto, que tais aspectos positivos não justificam — nem jamais justificarão — o conluio de gestões passadas com grandes empreiteiras, além de outras empresas e entidades, na instalação de uma engrenagem sistêmica de alta corrupção, responsável pelo desvio de bilhões de verbas públicas, roubalheira que chegou a ser considerada uma das maiores do planeta.

O propósito, com o título escolhido, foi o de demonstrar que a participação dos dois últimos presidentes da Nação (antes do atual), na mudança de algumas normas legais, teve consequências muito provei-

tosas e essenciais no tocante ao que será exposto a seguir. Existia, desde 1990, uma lei eleitoral — Lei Complementar n. 64 — que regulava as condições de ineligibilidade dos candidatos. Durante muito tempo, a CNBB — Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, por meio da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, clamou por regras eleitorais mais rígidas e moralizadoras. Coube ao juiz Márlon Reis idealizar o projeto de lei de iniciativa popular com o objetivo de tornar realidade a justa reivindicação. Ele e seus inúmeros companheiros de jornada conseguiram a assinatura de mais de um milhão e seiscentos mil brasileiros eleitores. Após intensa luta no Congresso Nacional, foi aprovada a Lei Complementar n. 135, em junho de 2010, que modificou o art. 1º da citada LC n. 64,

para incluir, entre as hipóteses de indeferimento do registro de candidato, aquela em que o pretendente já fosse condenado "em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial coletivo". Estava no poder o então presidente Lula, que sancionou a referida Lei, sem nenhuma restrição de petistas e aliados. Palmas para ele, que agora, por ironia, está preso e não pode se candidatar por já estar julgado pelo TRF-4, um tribunal de segunda instância (colegiado, pois). Os maldosos classificam de autêntico "tiro no pé".

A ex-presidente Dilma, ao sancionar a Lei n. 12.850, de 2013, que trata de organizações criminosas, deu fundamental contribuição para o sucesso da Operação Lava-Jato. Foi criada a figura da "colaboração premiada" (que a imprensa

insiste em denominar "delação premiada"). No passado, já haviam sido aprovados dispositivos legais, na área penal, que incentivavam o criminoso a confessar seus delitos e apontar cúmplices, a troco de algumas vantagens. Todavia, a referida figura, nos moldes vigentes na atualidade, é mais recente. Dizem que aquela senhora se arrependeu do ato de ter subscrito tão útil nova legislação, mas é indiscutível que a "colaboração" se tornou imprescindível na apuração de fatos criminosos, principalmente no tocante aos que envolvem corrupção. Costuma-se afirmar: "quem recebe propina, não dá recibo". Na verdade, em todo o mundo, delegados e procuradores encontram enormes dificuldades na busca de provas contra os corruptos, até que algum parceiro ou cúmplice resolva ajudar a Justiça. Nesse ponto, também palmas para D. Dilma.

O caminho para se

**Raymundo Pinto**

alcançar um mínimo de moralidade pública e vencer a crise ética que nos assola é bastante extenso e, por certo, enfrentará incontáveis obstáculos. Um grande passo poderá ser a forma como os eleitores votarão no próximo pleito de outubro. Há um número excessivo de atuais ocupantes de cargos, nas esferas federal, estadual e municipal, comprometidos com a prática de atos desonestos. Estes merecem o repúdio do eleitor. Oxalá, a população — constituída na sua maioria, infelizmente, de gente pouco letrada e desinformada dos fatos políticos — se conscientize e desperte ante tantos escândalos, optando por candidatos competentes, equilibrados e, sobretudo, honestos.

Raymundo Pinto, desembargador aposentado do TRT, é escritor, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Academia Feirense de Letras. [rapinto@uol.com.br](mailto:rapinto@uol.com.br)